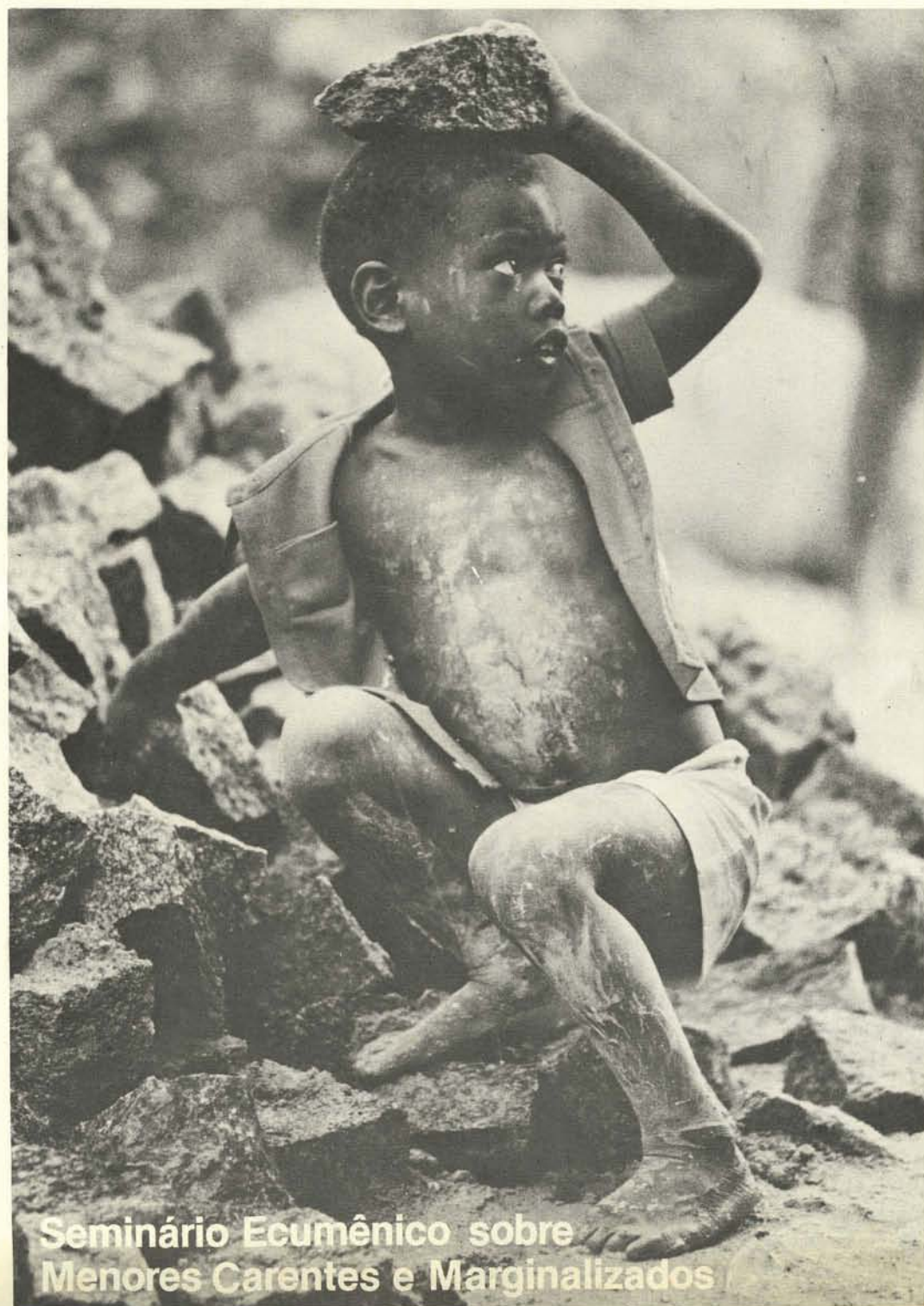


“DEIXAI VIR A MIM OS PEQUENINOS”



Seminário Ecumênico sobre
Menores Carentes e Marginalizados

“DEIXAI VIR A MIM OS PEQUENINOS”

Seminário ecumênico sobre os problemas dos menores carentes e marginalizados
e a participação das Igrejas na sua solução.

São Paulo, 20 a 26 de junho de 1980

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rio de Janeiro
Fevereiro de 1982

Biblioteca - Koinonia

(x) Cadastrado

(x) Processado

200
1982

**CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98 fundos
Telefone 205 5197
22241 Rio de Janeiro, RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 66 7273
01238 São Paulo, SP

Coordenador de Publicações
Paulo Cezar Loureiro Botas

Redator
Carlos Cunha

Equipe de Arte
Anita Slade
Martha Braga

Fotos da Capa
Sidney Waisman

Produtor Gráfico
Álvaro A. Ramos

Assinaturas e Expedição
Eduardo Spiller Penna

Participação especial na edição
Tomiko Born
Erivan Alves de Araújo

Tempo e Presença Editora Ltda.

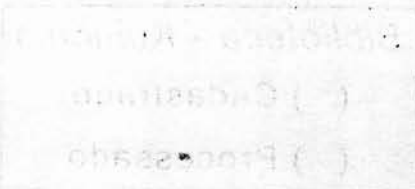
Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Alberto Ricardo
Letícia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Junior
Carlos Mesters
Beatriz Araujo Martins

Composição
Robertom
Av. Rio Branco, 120/1114
Telefone 242 5744

Fotolito e Impressão
Clip – Rua do Senado, 200
Telefone 252 4610

Registro de acordo com a
Lei de Imprensa



Sumário

- 5 APRESENTAÇÃO
- 7 DOCUMENTO PREPARATÓRIO
- 10 PROGRAMA
- 11 ASPECTOS DO PROCESSO DO TRABALHO
- 15 MENOR CARENTE E MARGINALIZADO/
CONDIÇÕES DE VIDA DA CRIANÇA BRASILEIRA?
- 26 REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA SOCIAL
Luisa Erondina de Souza
- 37 AVALIAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL
Elter Dias Maciel
- 46 REFLEXÃO TEOLÓGICA
João Pedro Aguiar
- 51 RELATÓRIOS INTERGRUPOS
- 52 PROPOSTAS DOS GRUPOS
- 54 DOCUMENTO FINAL: CARTA ÀS IGREJAS
- 55 Continuidade ao Trabalho de Reflexão

Apresentação

DEPOIS DO ANO INTERNACIONAL DA CRIANÇA

De uns tempos para cá, todo ano é dedicado ao problema de uma parcela da população. Assim, tivemos o Ano Internacional da Mulher, da Criança e 1981 foi o ano dedicado à Pessoa Deficiente. Isso serviu para mobilizar a sociedade por meio da máquina publicitária e, de repente, parece que a problemática da mulher, da criança ou da pessoa deficiente passa a existir, pressionando por urgentes respostas. Mas o problema só "existe" por um prazo determinado, enquanto servir para sensibilizar o grande público. Passado o ano internacional, esses problemas deixam de ocupar páginas de jornais e telas de televisão e, para muitos, fica a ilusão de que deixaram de ser tão graves como eram retratados, uma vez que os meios de comunicação de massa já não se referem mais a eles. Foi assim que se falou da criança brasileira, dos 25 milhões de crianças e adolescentes que vivem em estado de abandono ou carência, conforme revelou a Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor em 1975. Terminou também o Ano Internacional da Criança. Como vive hoje a criança brasileira? "Muito mal", dirão provavelmente aqueles que têm consciência de que o problema é estrutural. "Sem mudanças de estruturas, não há solução"...

... Mas, aqueles que trabalham com crianças e adolescentes de famílias pauperizadas, nas escolas, nos centros sociais, nos orfanatos, nos hospitais e postos de saúde, sabem que o atendimento ao problema dessa população é inadiável, não dá para separar a compreensão das causas fundamentais desses problemas, de esforços para atendê-los *aqui e agora*. Não dá para esperar um dia a sociedade ser mais justa e humana, para então se resolverem esses problemas. Se bem que, na realidade, o trabalho que se faz com crianças e adolescentes possa estar servindo para manter o sistema sócio-econômico e político responsável pela situação dessa parcela da nossa população.

Haveria alguma forma de trabalho social que não esteja aí para camuflar a verdade, apaziguar a nossa consciência, isto é, ser amortecedor de graves tensões sociais para deixar tudo como está?

EXERCÍCIO DE UMA NOVA FORMA DE PRÁTICA SOCIAL COMO METODOLOGIA DO SEMINÁRIO

Durante uma semana, em junho de 1980, um grupo de pessoas procedentes de diversos estados brasileiros e de outros países da América Latina esteve reunido em São Paulo, num Seminário organizado sob a responsabilidade da CESE e a colaboração do Conselho Mundial de Igrejas. Debateram essas e outras questões, num processo muitas vezes doloroso e angustiante de analisar a sua prática social em instituições cristãs, católicas e protestantes.

Foram relativamente escassos os documentos produzidos durante o Seminário. Conforme interrogava um dos grupos "O que queremos levar (do Seminário)? Um documento, um modelo, ou vivenciar uma nova forma de prática social? Optamos pela vivência de uma nova forma de prática social".

Estávamos conscientes de que não bastaria trabalhar ao nível das idéias, mas forçoso era adentrarmo-nos pelo mundo dos sentimentos, identificando os significados das relações que se estabelecem nos grupos e intergrupos, como representação das relações vividas na prática diária, no trabalho com menores, no contato com as instituições. Daí a ênfase dada à atividade grupal, utilizando palestras e painéis como materiais de referência para fertilizar essas reflexões.

ALGUNS RESULTADOS/PERSPECTIVAS

Cremos ter sido o Seminário uma experiência dolorosa para muitos, mas certamente enriquecedora para todos quantos dele tomaram parte, até mesmo para aqueles que discordaram da orientação imprimida.

É uma experiência que não deve ser interrompida. Urge criarem-se canais para reflexão contínua e intercâmbio daqueles que continuam na difícil tarefa de socorrer o próximo, desenvolvendo uma perspectiva libertadora.

Atendendo à solicitação daqueles que fizeram o Seminário e no intuito de instrumentar esse tipo de reflexão, entregamos este documento a público.

Para que a publicação traduzisse, o quanto possível, o clima dominante no Seminário, as palestras e os debates, depois de transcritos, sofreram apenas algumas modificações indispensáveis para maior clareza dos textos.

OBJETIVOS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A AÇÃO

Não é demais ressaltar que não tínhamos nenhuma intenção de impingir verdades pré-fabricadas aos participantes, nem tampouco manter uma enganosa posição de "neutralidade" diante da realidade em estudo. Já os objetivos propostos e divulgados desde o início do ano, nos convites expedidos aos líderes de igrejas:

1. analisar a problemática do menor no Brasil e em outros países da América Latina à luz do seu contexto sócio-econômico, político e cultural;

2. encontrar formas dinâmicas de participação das Igrejas Cristãs na solução desses problemas,

expressavam a nossa convicção de que é preciso compreender as causas fundamentais dos problemas dos menores e que as Igrejas Cristãs não deviam, não podiam contentar-se com trabalhos de caráter assistencialista.

ORGANIZAÇÃO

Evidentemente, a escolha dos preletores, a organização da bibliografia, a seleção de outros materiais foi orientada pela compreensão que os coordenadores tinham do problema, como fruto de trabalhos teóricos e práticos em que vêm participando.

A tarefa da equipe coordenadora durante o Seminário foi tão somente criar e manter condições para uma prática democrática, onde cada um dos participantes pudesse tornar-se co-autor do Seminário.

Na esperança de que as pequenas sementes contidas neste trabalho espalhem-se e germinem até nos solos áridos, ajudando a

criar mais um sinal de nova vida, que um dia há de tornar-se realidade para milhões de crianças e jovens oprimidos do Brasil e demais países da América Latina.

São Paulo, novembro de 1981.

A Coordenação do Seminário

Coordenação Geral
Tomiko Born
Erivan Alves de Araújo

Coordenadores dos grupos
Erivan Alves de Araújo
Henrique Pereira Junior
João Pedro de Aguiar
Noemi Diáz M.
Tomiko Born

Consultor
Arthur Hyppólito de Moura, Psicólogo Clínico e Social

Documento Preparatório

Seminário sobre os problemas dos menores carentes e marginalizados e a participação das Igrejas na sua solução

INTRODUÇÃO

É a experiência frustrante de muitos que trabalham em programas para crianças e adolescentes em estado de carência, abandono ou com comportamento considerado anti-social, constatar que o seu sacrifício, em empregos mal remunerados e a sua imensa dedicação, até mesmo em prejuízo de sua vida pessoal e de seus familiares, parece levar a nada. As crianças e os adolescentes atendidos por seus programas nem sempre se encaminham para a vida que lhes é apontada como modelo (um exemplo: oitenta por cento da população carcerária do Estado de São Paulo é ex-menor infrator; Tese de Mestrado, Virginia Hollaender, PUC-SP) e o número de crianças em necessidade de atendimento especial cresce de maneira assustadora.

Quando o tempo lhes permite, essas pessoas devem ter questionado seriamente:

Por que esses problemas parecem só aumentar?
Qual o sentido de seu trabalho?
Vale a pena continuar lutando dessa maneira?

Só quem sofreu a pressão diária enfrentada por esses programas, no sentido de atender a novos pedidos de famílias necessitadas, sabe como pode ser dolorosa a crítica que lhe é feita, de se dedicar a um trabalho assistencialista e que a sua atitude é, no mínimo, paternalista.

No entanto, este Seminário começa, justamente pondo o dedo na ferida, ao constatar que um grande número de programas de bem-estar social das nossas Igrejas (Católicas e Evangélicas), caracteriza-se pelo que denominamos "assistencialismo paternalista e imediatista".

Com isto estamos afirmando que, com frequência, esses programas empenham-se em atender às necessidades de quem os solicita, sem procurar saber quais os fatores responsáveis por eles, sem investigar as causas reais, menos visíveis. E que, esses programas e os seus agentes, tendem a pensar naqueles que atendam como "o outro", "o carente", "o desviado", a quem é preciso ensinar o que é certo, o respeito, a obediência, enfim conduzir para o *bom caminho da sociedade organizada*.

A partir do reconhecimento dessa realidade e, pressionados pela necessidade de buscarmos formas de trabalho que não sejam meramente paliativas, definimos os objetivos deste Seminário:

1. analisar a problemática do menor no Brasil e em outros países da América Latina à luz do seu contexto sócio-econômico, político e cultural;
2. encontrar formas dinâmicas de participação das Igrejas Cristãs na solução desses problemas.

METODOLOGIA PROPOSTA

Por acreditarmos que cada um dos participantes tem alguma vivência do problema e uma explicação mais ou menos elaborada para o mesmo, estamos propondo um Seminário onde cada um será o seu verdadeiro protagonista. Buscamos, assim, uma experiência de reflexão em grupo sobre as causas fundamentais dos problemas e as formas de atacá-las.

Será um processo que irá exigir, acima de tudo, uma grande abertura de cada um à humildade para deixar as grandes verdades de lado, abertura para expor suas idéias e sentimentos e também ouvir e sentir o companheiro. Talvez um imenso desafio para muitos de nós que estamos acostumados a ser a autoridade, a falar ex-cátedra, e raramente ser questionado.

Processo difícil, mas indispensável. Esperamos que desse receber e dar, falar e ouvir, questionar e ser questionado — um verdadeiro intercâmbio — *resulte um novo saber e surjam pistas para a caminhada futura*.

Como complemento, haverá exibição de filmes e documentários, debates com cientistas sociais, exposição de trabalhos pioneiros com menores e com a população em geral e contato com alguns aspectos da realidade contraditória de São Paulo.

Haverá também uma exposição de publicações e uma pequena venda de obras selecionadas.

O MENOR CARENTE E MARGINALIZADO SEGUNDO ESTATÍSTICAS OFICIAIS

O Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, publicado em 1976, refere-se ao Menor Carente como aquele "cujos pais ou responsáveis não possuem condições para atender às suas necessidades básicas" e ao Menor Abandonado como aquele "que não tem pais ou responsáveis para o atendimento das suas necessidades básicas". Como Menor Marginalizado, costuma-se caracterizar o menor que, além de carente, está envolvido em atividades que podem facilitar seu ingresso na delinqüência ou que já tenha cometido pequenas infrações.

Os dados citados em seguida foram compilados de estudos oficiais e publicados no nº 156 de Tempo e Presença, editado por CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação).

ALGUNS DESAFIOS

1. 62 milhões de brasileiros — 50% da população têm menos de 18 anos de idade.

2. Em 1976, 41,4 milhões de brasileiros, ou seja, 39% da população eram menores de 14 anos. De 0 a 4 anos – 13,900 milhões, 5 a 9 anos – 13,750 milhões, e de 10 a 14 anos – 13,750 milhões. Deste total 58% viviam nas zonas urbanas.

3. Coeficiente de mortalidade infantil nas principais capitais do país. Para cada 1.000 crianças, morreram: 1968, 80,9, em 1972, 85,8, em 1976, 94,1. Em 1976, em algumas cidades, o coeficiente é: Recife, 126,4; Maceió, 148,2; Aracaju, 149,7.

4. 52 crianças, com menos de 1 ano de idade, morrem por hora, atualmente no Brasil, em consequência da subnutrição.

5. Todos os dias no Hospital Municipal de Belo Horizonte entra uma média de 70 a 115 crianças atacadas de broncopneumonia e desidratação. Todas apresentam problemas de desnutrição e doenças parasitárias.

6. Só 20% das crianças brasileiras até 6 anos de idade recebem qualquer assistência em termos de saúde e nutrição.

7. No período de 1968 a 1970 a falta de saneamento básico, foi responsável em São Paulo pela mortalidade infantil: apenas 29,6% das casas de crianças mortas estavam ligadas à rede de esgotos e 51,5% à água encanada. No Rio de Janeiro, 997 mil domicílios localizados nas áreas urbanas, não têm atualmente instalação sanitária; vivendo nestas condições cerca de 2 milhões de crianças.

8. No Brasil há 12 milhões e 681 mil crianças sem escola, 45% das crianças entre 5 a 14 anos.

9. As crianças, com menos de 14 anos, que estudavam no primeiro grau estavam assim distribuídas: primeira série – 27%; segunda série – 21%; terceira série – 17%; quarta série – 11%; quinta série – 9%; sexta série – 7%; sétima série – 5%; oitava série – 3%.

10. Em média 100 crianças, de até 3 anos, são abandonadas mensalmente nas ruas, hospitais e delegacias do Rio de Janeiro.

11. No Brasil – num total de 48 milhões e 226 mil com menos de 19 anos – 25 milhões, em 1975 eram considerados carentes (os pais não ganhavam o suficiente para o sustento dos filhos) e abandonados (sem pais ou responsáveis). No Norte, 3,83%; no Nordeste, 31,65%; no Sudeste, 42,91%; no Sul, 16,64%; e no Centro-Oeste, 5,08%.

12. No país todo não existem mais de 200 creches para as crianças necessitadas.

13. Dos 800 mil menores abandonados em Minas Gerais, 300 mil só na Capital, apenas 3.248 são assistidos pelos 61 estabelecimentos especializados existentes. São Paulo tem atualmente 3 milhões de menores carentes.

14. Em 1977, no Estado do Rio de Janeiro, existiam 1 milhão 893 mil menores abandonados e a FEBEM (Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor) só tinha condições de atender a 16 mil crianças.

15. Na FEBEM-SP são 45 mil menores assistidos em 1979, direta e indiretamente; 2% de infratores; 10% de abandonados e 88% de assistidos por motivo de pauperismo extremo.

16. O governo brasileiro gasta somente 38 milhões de dólares por ano com ajuda ao menor e apenas 11,8% de todos os mu-

nicípios brasileiros recebem ajuda governamental para assistência aos menores necessitados.

17. Em 1969, os “menores delinquentes”, em São Paulo, chegavam a 5 mil; em 1971, eles já eram 8 mil; em 1973, 10 mil; em 1976, 14 mil; e em 1979 eles somam 18 mil.

18. Em 1978, eles foram responsáveis na Cidade de São Paulo por 80% dos furtos, 37% dos roubos, 50% das ocorrências envolvendo tóxicos e 17% dos crimes contra a vida.

19. Na região de São Paulo existem, atualmente, 1.200 pequenas quadrilhas de menores organizados. Os menores delinquentes em São Paulo têm em seu poder 10 mil armas mortíferas.

20. Em 1975, 111.812 delitos foram praticados por menores no Brasil.

21. Em 1976, a população infantil economicamente ativa, na faixa de 10 a 14 anos, era de 2.533.112 crianças, mais de 19% das crianças brasileiras desta faixa etária. Das crianças economicamente ativas 55.000 procuravam trabalho.

22. O trabalho do menor de 10 a 14 anos corresponde a 6,5% da força de trabalho no Brasil.

23. 86% das crianças que trabalham não possuem carteira profissional assinada. Na região de Campos – RJ, 3.500 crianças trabalhavam em 1976 sem nenhum contrato e dezenas delas tinham de 6 a 7 anos de idade.

24. 70% das crianças que trabalham têm uma jornada de trabalho de mais de 40 horas semanais. Em 1976, 453.380 crianças trabalhavam mais de 49 horas por semana. No Estado do Rio de Janeiro, 82% das crianças economicamente ativas trabalham mais de 49 horas semanais.

25. Em 1975, as crianças de 10 a 14 anos representavam 21,29% da força de trabalho total na agricultura. O crescimento desta força de trabalho no período de 1970 a 1975 foi de: no Norte, 111,8%; no Centro-Oeste, 82,06%; no Sul, 66,88%; e no Nordeste, 49,94%.

26. No interior do Paraná uma criança empregada como bóia-fria ganhava em 1978, Cr\$ 17,22 por dia, e representava 36% da força de trabalho bóia-fria do Estado.

27. No Brasil, 74% do total das crianças economicamente ativas trabalhavam, em 1976, na agricultura. Os que não trabalhavam na agricultura dedicavam-se a: prestação de serviços, 281 mil; indústria de transformação, 172 mil; indústria de construção, 34 mil; outras atividades industriais, 5 mil; comércio, 133 mil; outras atividades, 40 mil.

28. 50% dos trabalhadores em fábricas de eletrodomésticos, em média, têm menos de 18 anos, e 80% dos trabalhadores na indústria de confecções estão também abaixo de 18 anos e são em sua maioria, meninas.

29. 95% das crianças que trabalham recebem menos de dois salários mínimos.

COMO SE APRESENTAM OS PROBLEMAS

As manifestações mais comuns, do assim chamado "problema do menor", parecem ser as seguintes:

O menor que é abandonado pela mãe solteira ou mulher de conduta "irregular".

O menor que é internado porque os pais não o podem criar, devido a doenças e dificuldades econômicas.

O menor que vive em estado de abandono, dormindo nas ruas, vivendo de pequenos trabalhos, furtos, esmolas.

O menor viciado (álcool, drogas).

O menor infrator.

A menor prostituta.

Trata-se de uma lista preliminar e necessariamente incompleta. (Espaço reservado para o leitor.)

EXPLICAÇÕES USUAIS

Todos quantos trabalham com o menor, especialistas ou não, têm alguma explicação para o problema. Igualmente, as instituições costumam ter sua explicação própria, com base na qual organizam seus programas. Relacionados em seguida, algumas explicações comumente ouvidas:

Decadência de costumes provocada pela modernização da sociedade, atingindo especialmente as mulheres.

Desentendimento entre casais.

Desintegração da família.

Alcoolismo, preguiça.

Falta de responsabilidade, autoridade dos pais.

Baixo nível escolar da família de trabalhadores.

Falta de planejamento familiar.

Falta de religião.

Falta de qualificação profissional.

Falta de solidariedade humana.

Migrações desordenadas.

(Deixamos por conta do leitor outras explicações e análises mais profundas.)

PROGRAMAS MAIS COMUNS

Segundo temos conhecimento, os programas mais comuns são os orfanatos, conhecidos como lares, de acordo com uma denominação mais moderna. Além disso, cursos de formação profissional para jovens de ambos os sexos.

Centros de convivência diurna e creches, para abrigar crianças cujas mães trabalham fora.

Programas de atendimento a população favelada (pais e filhos) para ensino de religião, princípios de moral, cuidados de higiene, nutrição, etc.

PALAVRAS FINAIS

Como viram, este documento não é nada mais do que uma conversa informal, tentando colocar algumas questões e compartilhar um pouco a visão da realidade que está nas nossas cabeças. Esta conversa, esperamos continuar no Seminário com jeito de amor ou de briga, mas sempre com os olhos voltados para os "pequeninos".

São Paulo, junho de 1980.

Programa

SEMINÁRIO ECUMÊNICO SOBRE OS PROBLEMAS DOS MENORES CARENTES E MARGINALIZADOS E A PARTICIPAÇÃO DAS IGREJAS NA SUA SOLUÇÃO.

20 a 26 de junho/1980 – São Paulo – SP

“Deixai vir a mim os pequeninos, não os embarceis, porque dos tais é o Reino de Deus.”
Marcos 10.14

“Considero o menor infrator um Profeta, pois, ainda que de uma forma imperfeita, está contestando as injustiças desta Sociedade.”

D. Luciano – Pastoral do Menor
São Paulo

20 sexta

10h00m Jantar e Abertura
20h00m Trabalho em Grupo
20h45m Congraçamento

21 sábado

7h30m Café da Manhã
8h30m Introdução. Plenária
8h50m Análise Preliminar do Documento Preparatório. Grupos
10h00m Café
10h15m Grupos (cont.)
11h00m Plenária
12h30m Almoço
14h30m A SITUAÇÃO: DO MENOR/... FACE AO MENOR. Grupos
15h30m Café
15h45m Grupos (cont.)
16h45m Grupos
17h15m Plenária
18h00m Jantar
20h00m Exibição especial do filme “Pixote” de Héctor Babenco

22 domingo

7h30m Café da manhã
8h30m Devocional
9h20m O Menor Carente e o Menor Marginalizado ou as Condições da Vida da Criança Brasileira? Paineis
10h45m Café
11h00m Grupão
12h30m Almoço
14h30m UM CONTATO COM AS CONTRADIÇÕES DA PAULICÉIA

23 segunda

7h30m Café da manhã
8h30m A PRÁTICA SOCIAL
1. O Assistencialismo posto em Questão. Grupos
10h00m Café
10h15m Grupos (cont.)
11h15m 2. A instituição, o Agente e os Assistidos
12h30m Almoço
14h30m Grupos
15h30m Café
15h45m Grupos
16h15m Plenária
18h30m Livre
19h00m Jantar
20h30m Filmes ou intercâmbios

24 terça

7h30m Café da manhã
8h30m 3. Reflexão sobre a Prática Social
10h15m Café
10h30m Plenária
12h30m Almoço
14h30m Reflexão Teológica
15h30m Café
15h45m Grupos
16h45m Plenária
17h45m Filme “Um Caso Banal”
18h30m Livre
19h00m Jantar
20h30m Filmes ou intercâmbios

25 quarta

7h30m Café da manhã
8h30m PARA UMA NOVA CAMINHADA
1. Avaliação como Prática Social
10h15m Café
10h30m Grupos
11h30m Grupos
12h30m Almoço
14h30m Plenária
15h30m Café
15h45m A BUSCA DE NOVOS CAMINHOS. Grupos
17h15m Grupos
18h00m Plenária
19h00m Jantar
20h30m Filmes ou intercâmbios

26 quinta

7h30m Café da manhã
8h30m O CAMINHO DE EMAÚS. Grupos
9h30m Grupos
10h15m Café
10h30m Plenária
12h30m Almoço. Encerramento

Aspectos do Processo do Trabalho

DO PAPEL DO COORDENADOR

Ao longo das preliminares do seminário tivemos uma pergunta básica que nos orientou:

Como fazer uma reunião que proporcionasse ampla participação das pessoas engajadas na prática concreta de atendimento a crianças e adolescentes de segmentos mais pobres da população brasileira, seja numa reflexão sobre a sua prática e onde os elementos teóricos se constituíssem em material para orientar essa tarefa; como evitar que desse encontro as pessoas levassem principalmente *lembranças* de palestras eruditas e poucos desafios pessoais?

Enfocava-se assim uma diretriz básica para os trabalhos em que esse tipo de *participação* buscava meios para uma operação "desalienante", onde as conclusões e encaminhamentos do seminário representassem mudanças no esquema de reprodução ideológica. Isto se definia, inicialmente, pela inclusão das experiências dos participantes em todas as atividades do seminário e, particularmente, pela oportunidade de negociação de papéis entre instituição financiadora do seminário, coordenadores e participantes. Além disso, incluía-se nessa diretriz, a avaliação do sistema de produção do seminário de maneira a refletir sobre as relações que se desenvolveriam durante a sua realização.

Essa interrogação nos levou a procurar uma assistência especializada. Depois de consultas preliminares ficou acertado que o trabalho em grupos, previsto na nossa organização, seria conduzido com a aplicação do que se entende por "técnicas de grupos centrados no tema", e que se fazia mister o treinamento de coordenadores de grupos.

Seguiu-se a realização de reuniões semanais do grupo de coordenadores onde se chegou à opção por uma autogestão da preparação do seminário, fundado numa posição de diretividade desta fase do trabalho. A consistência desta posição com a proposta de ampla participação foi materializada na abertura do seminário, ao colocar-se o caráter excepcional de sua realização, ou seja, o seu caráter de quase-consulta junto a um grupo de representantes de instituições que apenas se ligavam por atuarem num universo comum. Todavia, nenhuma interdependência organizacional e operacional, possuíam.

Criou-se, assim, um espaço para, logo ao início do seminário, definirem-se os níveis de responsabilidade que seriam partilhados pelos coordenadores e pelos participantes, bem como dar origem à discussão do encaminhamento dos resultados do seminário.

A adoção de tal forma de operação, definiu, como essência do trabalho da coordenação, a garantia de condições adequadas para o andamento do seminário, bem como atribuir aos coordenadores de grupo o papel de *facilitadores do trabalho* nos grupos e intergrupos. Esclarecia-se, nesta proposta, que não seria da competência dos coordenadores dar parecer ou consultas sobre as análises, diagnósticos e conclusões a serem desenvolvidos.

Este posicionamento era a definição inicial de uma prática regular do seminário onde o crédito do *saber* ou conhecimento da problemática em questão não era confiado somente aos seus coordenadores e palestrantes, mas tomava, como fonte atualizadora básica de tal saber, a experiência dos participantes e as formas de trabalho que se iriam estabelecer ao longo do seminário. Havia, claramente, nesta orientação uma descentralização do *poder* técnico e social dos organizadores do seminário, buscando uma co-participação de todos não só em sua execução, porém, incluindo a discussão da origem e encaminhamento do seminário como item de confirmação, renovação e/ou transformação do compromisso ao se integrar no seminário.

A missão principal dos coordenadores seria, então, favorecer a inclusão da contribuição de todos os membros dos grupos, criando assim um processo de intercâmbio, como base para o desenvolvimento dos trabalhos. Por outro lado, deveria apontar para a necessidade de *integrar* os aspectos lógicos aos emocionais e também focar uma análise das diferenças que se estabelecem entre as propostas das instituições e sua realidade prática. O exame e tratamento da integração possibilitou, muitas vezes, uma conscientização das ambigüidades em que os agentes sociais se encontram. Tal procedimento criou oportunidades também, para certificarem-se da atualização das propostas das instituições e da consistência de suas práticas.

Refletindo sobre o papel da coordenação, um dos participantes escreveu: "Não foi a uniformidade o alvo, mas a abordagem crítica fecundou nossa reflexão e, esperamos, também, nossa ação".

DA CO-AUTORIA DO SEMINÁRIO

Determinado

1 pelo caráter excepcional de sua realização que não se inseriu num programa regular de atividades do C.M.I., CESE e das instituições representadas;

2 pela convocação dos representantes de fala espanhola e pela limitação de tempo, canais competentes ou disponíveis para a inclusão de dados institucionais e depoimentos profissionais referentes às instituições que representavam,

surgiram duas indagações/questionamentos sobre o encaminhamento do seminário:

1 Que resultado deveria alcançar o seminário? Isto foi particularmente colocado em plenária por um grupo: "O que queremos levar? É um documento, um modelo ou vivenciar uma nova forma de prática social?"

2 Por que a não-inclusão de dados sobre a realidade das instituições de fala espanhola? Comentando tal indagação um dos coordenadores registra:

"Já na primeira noite percebeu-se um mal-estar entre os companheiros de fala espanhola, que levantavam questões relativas ao relacionamento entre os países da América Latina de onde vinham e o Brasil. Havia um sentimento de que os coordenadores brasileiros endossavam as tendências imperialistas do Estado brasileiro. Era mister iniciar os trabalhos dissipando qualquer dúvida existente a respeito! Não estaremos, porventura, no mesmo barco? Não estaremos sofrendo, igualmente, consequências dos mesmos problemas? Poderíamos nós, cristãos, estar identificados com qualquer propósito imperialista defendido pelos governantes?"

Fazia-se sentir deste então, a interferência de fatores externos na coordenação do seminário. Reproduzia-se, numa primeira conscientização da organização do seminário, uma correspondência direta entre as relações estabelecidas do Brasil com os demais países latino-americanos, traduzida também numa relação entre agentes e assistidos, organizadores e participantes do seminário.

Uma vez configurado tal quadro pelos participantes, propôs-se a adoção de duas estratégias para o desenvolvimento do seminário:

1 Admitir-se as limitações sob as quais estávamos atuando, optando-se por um "cultivo da imperfeição" como ponto de partida para uma apreensão da realidade, fazendo-se assim melhor uso da oportunidade criada para o seminário.

Isto não representava o uso da *imperfeição* como valor definitivo para a ação. Apontava, porém, para uma condição adversa ao desenvolvimento do seminário que se poderia tornar num *recurso mobilizador* de forças para a sua concepção e realização, à medida em que tal limite — a imperfeição — fosse reconhecido como uma *contradição*. Iniciávamos um trabalho sob condições não negociadas suficientemente por todas as partes envolvidas. Era a opção pela exploração do espaço que o Seminário passava a representar para a discussão do momento histórico que os seus participantes viviam, imediatamente entendido na discussão do seu compromisso de participação.

2 Adotar-se a co-autoria do seminário como base e estratégia do seu desenvolvimento, representando isso:

2.1 Uma consistência com o caráter de quase-consulta de sua realização.

2.2 Uma exploração/utilização do recurso mais atuante e disponível no seminário que era a própria presença, disponibili-

dade e experiência trazidas por todos os participantes e preletores convidados.

2.3 Um investimento no recurso mais dinâmico e multiplicador que eram os agentes/participantes do seminário.

Instalava-se assim um processo de autogestão das informações e do processo de intercâmbio onde a *platéia* não tinha um lugar e onde os *bastidores* tinham apenas uma função que era a de fornecer toda a cobertura para um autodirecionamento dos participantes no seminário.

DOS GRUPOS E INTERGRUPOS

A dinâmica dos grupos seguida dos intergrupos, e mediada sobretudo pelo tratamento dos temas em discussão para discernimento da problemática em questão, bem como para avaliação das estratégias de atuação dos agentes sociais, permitiu que se buscasse não só o cumprimento das tarefas que eram propostas aos grupos.

Face à proposta de um intercâmbio, buscou-se enfatizar a conscientização das seguintes forças que operavam no trabalho dos mesmos:

1 Análise dos valores e conceitos em que o grupo se apoiava.

2 Análise das contradições e ambivalências registradas, e dos processos de reforço *ou* reformulamento dos mesmos.

3 Registro e análise da interferência das instituições representadas no processo de intercâmbio. Aqui se desencadeou, inicialmente, uma conscientização das pressões ideológicas que sofrem os agentes sociais e se revelam na sua forma de atuação. Concomitante ou em seguida a tal processo, desenvolveu-se uma compreensão crítica dos conflitos latentes e às vezes explícitos, porém raramente enfrentados. O seminário foi fecundo neste sentido, no momento em que o exercício da análise destas contradições desenvolveu uma consciência mui clara das ambivalências sob as quais se atua, como tal processo desfigura a relação pretendida entre agente e assistido e entre instituição e meio ambiente.

4 Análise do papel dos coordenadores.

O trabalho dos grupos, inicialmente, tinha como fonte de referência o depoimento e/ou relato feito pelo preletor ao discorrer sobre a sua experiência lidando com a problemática em discussão. Seguia-se o intercâmbio/debate estabelecido entre os participantes e o preletor, mais as questões propostas pela coordenação do seminário.

Objetivando uma análise e envolvimento não só teórico como também uma inclusão das experiências pessoais perante o tema e as questões encaminhadas para o grupo, adotou-se como estratégia inicial dos trabalhos dos grupos, o desenvolvimento de uma discussão sobre a compreensão do tema em termos de examinar a sua procedência e pertinência. Finalmente, o proposto pelo preletor e pela coordenação possuía algum sentido e importância para a reflexão dos participantes. De que forma cada membro do grupo entendia a razão/justificativa e orientação da proposta? Buscava-se, neste primeiro momento, dar a palavra aos membros do grupo, de maneira que o tema se tor-

nasse um instrumento personalizado para a ação de cada um, a partir do trabalho em execução no grupo.

Num segundo momento, constatada a procedência e/ou pertinência da proposta, buscava-se a sua relação e aplicação ao trabalho que cada um realizava em suas instituições.

Na etapa seguinte ou quase concomitante à anterior (isto dependente do nível de intercâmbio dos membros do grupo), desenvolvia-se uma análise comparativa das posições/experiências de maneira que descobriam-se algumas práticas que se procurava identificar na forma de abordagens ideológicas e técnicas. Que estas abordagens eram por si reveladoras da forma como se tentava dominar ou transformar a problemática.

Isto configurado, seguia-se uma etapa final do trabalho que buscava a elaboração de uma abordagem encontrada no grupo que poderia representar *um resultado* de sua relação e reflexão ao trabalhar *sobre e com* a problemática, a qual serviria de relação ao intergrupo.

Contando-se com a prática de trabalho dos grupos, a tarefa do intergrupo foi facilitada em sua primeira parte no momento em que cada um se expunha falando da forma e do resultado do trabalho do seu grupo. Desse modo, era o intergrupo o espaço crítico onde não se incorporavam só as conclusões dos grupos. Era também o lugar onde se refletia sobre a forma de trabalho nos grupos, analisando as relações estabelecidas bem como os fatores interferentes.

Seguia-se a um questionamento sobre a procedência e pertinência do tema em discussão, numa perspectiva de grupo do seminário e sua proposta de trabalho. A inter-relação e integração dos membros do intergrupo obedecia a um processo idêntico ao do trabalho dos grupos. Uma vez definidas algumas abordagens técnicas e/ou ideológicas para lidar ou transformar a problemática, buscava-se a elaboração de estratégias de ação para tratamento do problema e/ou definição de propostas de ação a serem encaminhadas à plenária.

Ao analisar o trabalho do seminário, um dos intergrupos fez o seguinte registro:

“Nuestro trabajo tendrá que ser en adelante *Transformador*. No se trata de dejar el trabajo y el compromiso, sino de cambiar el sistema de trabajo.

El Seminario ha tenido las siguientes fases:

a) *Intercambio* y conocimiento de la realidad Latinoamericana (hace falta mayor información).

b) *Reflexión* sobre los trabajos que realizamos: que resultados hemos obtenido.

c) *Confrontación* de nuestro propio desempeño como trabajadores dentro de los marginados, a la luz de la realidad Latinoamericana y del Evangelio.

d) *Reconocimiento* de la necesidad de continuidad de los efectos del Seminario, mediante algún sistema concreto.”

Outro grupo fez a seguinte introspecção:

“*En el Camino de Emaús* descubrimos dos dimensiones del pasaje bíblico (Lucas 24.13-36)

a) Nos identificamos como cuerpo de Cristo en la responsabilidad de caminar y dar esperanza a quien esta unguido del Cristo viviente.

b) Nos identificamos con los “caminantes de Emaús”, sobre todo en la experiencia de este seminário:

En el diálogo

En la tristeza y desaliento ante las realidades

En el fijarnos, estacionarnos, con miopia considerando solo el pasado, bloqueado el presente, y anulado el futuro.

En el gozo de la convicción de entrega a la búsqueda de la unidad y la práctica de nuestra fé.

A través de la experiencia de este seminário, tomamos mayor conocimiento de:

Que hay datos en la práctica social actual que nos configuran que Cristo vive (verso 34).

Que Jesus Cristo usó el cuestionamiento y la verbalización como parte del proceso de evaluación.

Que es muy natural sufrir el efecto de “explosión” desintegración, aislamiento; desunión, etc, fenómeno comun en el carente.

Que es muy natural el “bloqueo” y la percepción de las grandes oportunidades, Cristo entre nosotros, como efecto del estado de crisis.

El respecto absoluto de Jesus a la personalidad de los caminantes de Emaús, facilitándoles el proceso de llegar a una convicción tal que los hiciera regresar con un compromiso, sin importar los obstáculos o impedimentos naturales.”

DOS MARCOS DE UM CONTEÚDO DESENVOLVIDO PELO PROCESSO DE TRABALHO DO SEMINÁRIO

O desenvolvimento dos trabalhos do seminário, permitiu, inicialmente, baseado no intercâmbio das práticas dos participantes, uma análise das causas estruturais e conjunturais que, aos níveis econômico-sócio-político-cultural, tanto determinam como mantêm a problemática do menor carente e marginalizado.

Ao concretizar esta situação, configurou-se o caráter reprodutor quase que exclusivo e predominante dos serviços das instituições, sempre utilizados eficientemente como um aparelho do sistema marginalizante em que vivemos.

Numa etapa seguinte ponderou-se o papel do agente, técnico que atua junto ao menor, indagando-se “Qual o sentido de seu trabalho? Vale a pena continuar lutando dessa maneira?”, quando, por exemplo, oitenta por cento da população carcerária do Estado de São Paulo é ex-menor infrator (Tese de Mestrado de Virginia Hollaender, PUC-SP).

Um aprofundamento da compreensão das relações que se estabelecem entre instituição, agente e menor, apontou claramente para as contradições e ambigüidades que despersonalizam o agente, tornando-o um simples instrumento técnico para a aparente neutralização dos efeitos do sistema marginalizante. Esta

conclusão desfigurou, portanto, a pretensa ação social humana que o agente objetivava ter, pois descobriu-se pouco atendendo às necessidades da chamada clientela, garantindo apenas a eficiência da instituição e/ou dos órgãos que a financiam.

Buscaram-se, finalmente, algumas referências para um campo de princípios que pudesse reformular os objetivos da instituição, concretizado pelo autodirecionamento do próprio assistido em seu atendimento e facilitado pelo agente interferindo como elemento, cuja relação social terá um caráter mais significativo de transformação, a qual se dará numa opção pelo menor e não pela eficiência da instituição como reprodutora do sistema marginalizante.

A opção pelo autodirecionamento do próprio assistido como princípio norteador da concepção da instituição e reformulador do serviço do agente social será um fator determinante de explicitação dos conflitos atuantes entre agentes, assistidos e instituições. Ambigüidades no desempenho de papéis e muitas contradições na fundamentação de uma política de ação serão marcos e material de trabalho, num movimento de reconstituição histórica e particularmente de definição de um plano de vida. Assistidos, agentes sociais e instituições, ao enfrentarem os seus conflitos estarão acionando o motor propulsor de suas mudanças e crescimento, numa perspectiva de transformação a partir de suas relações.

Menor Carente e Marginalizado/ Condições de Vida da Criança Brasileira?

Edson Passetti

Ao iniciar esta sessão, gostaria de enveredar pelos caminhos que nos levem a uma reflexão. Por isso gostaria de me deter, de forma mais demorada, nos fundamentos da Política do Bem-estar do Menor, empreendida pelo Estado brasileiro a partir de 1964 com a criação da Fundação do Bem-estar do Menor (FUNABEM). Este foi um órgão criado a partir da chamada Revolução de 64 e que funcionou durante aproximadamente dez anos diretamente ligado à Presidência da República, e cujo Presidente, durante esse período todo, foi o Dr. Mário Antelfelder, pediatra.

Eu gosto de começar enfatizando a figura do Dr. Mário Antelfelder porque é através da sua direção que a Política Nacional do Bem-estar do Menor tomará corpo no Brasil a partir de 1964 e até hoje repercute positivamente nos setores oficiais, muito mais do que no problema do menor. Eu gostaria de me deter um pouco, no referencial que norteia essa política do bem-estar do menor no Brasil. Uma das coisas, que a princípio é muito considerada na postura da FUNABEM, é que ela deixou de lado as explicações patológicas e psicológicas sobre o problema do menor e enveredou pela explicação sociológica. Para muita gente esse foi o grande avanço, em termos de política institucional, e valeria a pena questionarmos se o fato de se passar de uma explicação psicopatológica do problema do menor para uma explicação mais sociológica, realmente colabora para se encontrarem alternativas para solucionar o problema ou, se isso apenas representa uma modernização do próprio discurso do poder.

Para a Política Nacional do Bem-estar do Menor as causas apresentadas para o surgimento do problema, vão emanar de sua concepção do que é a sociedade. Esta é pensada como uma estrutura alicerçada na família. A família no Brasil, principalmente devido à política desenvolvimentista após 64, foi paulatinamente se desintegrando, devido ao processo econômico-social de transformação muito rápida, e foi perdendo as suas funções de proteção e de educação da criança. É a partir daí que o menor marginalizado, o menor carente, o menor carenciado — dependendo das circunstâncias usa-se ou cria-se o termo mais adequado — vai aparecer. Delineiam-se algumas variáveis que vão determinar essa condição do menor, cuja família se está desestruturando, perdendo suas funções básicas que seriam a educação e a proteção.

As variáveis básicas apontadas para se entender o problema do menor, na visão do Estado Brasileiro, são: *primeiro a migração*, que é entendida pela relação estabelecida entre o desequilíbrio do setor primário e o setor secundário da economia, e, em *segundo lugar* devido ao *acelerado processo de urbanização e de industrialização* que não permitem o desenvolvimento de amplas políticas de bem-estar social. O migrante, nessa visão, quando chega aos grandes centros urbanos, não consegue adap-

tar-se ao trabalho, não se integrando no mercado por não possuir qualificações para o mesmo. Ao mesmo tempo em que ele não consegue adentrar no mercado industrial do grande centro urbano, há uma necessidade imediata de que a mulher e os filhos venham a colaborar com a renda familiar de alguma forma. A criança passaria a ficar exposta, pela ausência dos pais, aos perigos da rua de um modo geral: o vício, a exploração e a delinquência. Essa desagregação, esse participar dessa situação de degradação da criança, faz parte de um mecanismo da sociedade, dessa sociedade altamente industrializada, a “quem” se paga um preço pelo desenvolvimento: permissividade (a liberação libidinosa). A permissividade é entendida a partir do momento em que o Estado vem identificar quais são os culpados dessa permissividade: os pais que não conseguem “educar” a criança; e os professores que não os retêm no ambiente escolar. Ao não ter alternativas, nem na família nem na escola, esse menor, vai passar a ser uma presa fácil dos chamados “maus elementos”, os bandidos. Acrescentando-se a essa péssima visão de educação dos pais, a fraca atuação dos professores e da escola, o incremento cada vez maior dos meios de comunicação de massa através dos quais vão se emitir mensagens violentas e licenciosas, por meio de filmes, televisão, propaganda etc., essa criança vai-se envolver, num processo de desajustamento social, o qual será proveniente, nada mais nada menos, segundo a Política Nacional do Bem-estar do Menor, da *falta de afeto e de amor da família*.

A criança, vai cada vez mais se distanciando do chamado “processo normal” de formação de valores, de hábitos, da “maioria” dos indivíduos e se afastando desses padrões, de hábitos, valores, desejáveis pelo padrão cultural ocidental. A partir desse momento, a Política Nacional do Bem-estar do Menor propõe uma alternativa: nesse momento só existe um caminho a seguir que seria da mudança da mentalidade das pessoas, através de um processo de educação da família de onde provêm essas crianças e do desenvolvimento de uma ação comunitária. Essa mudança de mentalidade da família, através das ações comunitárias, levaria o menor a ter uma re-formação da sua personalidade, o que garantiria a introjeção nesse menor “dos valores, dos hábitos da civilização ocidental” dos quais ele está cada vez mais distante. Ao se falar de ação comunitária — é comum certas pessoas acharem o termo, uma coisa muito bonita, muito digna. Mas a ação comunitária pode ter um caráter totalmente negativo, quando não for orientada, não tiver um objetivo definido etc. Então, ao estudar essa Política Nacional do Bem-estar do Menor, também havia a necessidade de se entender o que o Estado está chamando por comunidade. Já que ele diz que a sociedade de um modo geral está num processo de degenerescência, então, nós teremos que entender o que é essa comunidade, o trampolim salvador.

Essa comunidade tem por *tarefa* recuperar o menor. Ela aparece definida ora como uma instituição, tendo um sentido estrito, ora aparecerá sendo o centro urbano, de um modo geral, a

grande cidade. Em outros momentos, essa comunidade é geograficamente localizada: é uma determinada forma de instituição, num determinado tipo de cidade com um desenvolvimento expressivo. Mesmo concordando em que esse conceito de comunidade está um pouco difuso — não está nada preciso o que seja comunidade — o que importa é que essa comunidade, não pode ser concebida isoladamente, porque ela é o produto dessa sociedade degenerada. Quer queiram, quer não, qualquer comunidade, qualquer ação comunitária é produzida por essa sociedade. Então para nós fica uma contradição na colocação do problema pelo Estado: como é que as comunidades vão poder mudar a mentalidade das famílias se elas estão imediatamente remetidas à sociedade, sociedade essa que é pensada pelo Estado como algo que está corrompido. Quem a corrompeu? Mas até aqui o problema não acaba sendo colocado pela Política Nacional do Bem-estar do Menor de uma forma clara, por quê...?

Em primeiro lugar constata-se o seguinte: o X do problema na questão da migração, não está na incapacidade da população migrante se integrar ou não no mercado de trabalho, mas na capacidade do próprio mercado de absorvê-la ou não. O que está acontecendo é que no tipo de sociedade em que nós vivemos, ela tende a dispensar constantemente mão-de-obra, e não recrutar todo o contingente populacional disponível, pois ela está muito mais necessitada de recrutar mão-de-obra especializada, altamente técnica. Dessa forma, se nós começarmos a inverter um pouco a equação da Política Nacional do Bem-estar do Menor, não são bem os valores que estão sendo corroídos, mas é a funcionalidade atribuída a esses valores que está realmente corroída, porque os valores, quer queiram, quer não, são substituídos de tempos em tempos. Essa necessidade de se agarrar tão firmemente a alguns valores quando esses mesmos não estão mais tendo a repercussão, é indicativa de que eles não mais se viabilizam. Em termos mais genéricos, eu poderia afirmar, que essa Política vai tentar desenvolver os chamados programas preventivos, que atuarão na área assistencial e na área educativa onde o núcleo central da proposta é colocar-se a *diferença existente entre os menores* como uma *diferença de comportamento*. O fundamento desse trabalho preventivo, nada mais será do que procurar elevar o nível de aspiração das parcelas menos favorecidas da população. Nesse sentido, se procura superar o ciclo, esse chamado ciclo da marginalização, a passagem do meio rural para o meio urbano, do trabalho diário para atividades de subemprego, mendicância, prostituição, etc. As atividades preventivas estão voltadas, antes de mais nada, para reforçar uma série de valores que aparecem exteriores ao menor, à criança. Esse processo, chamado processo de marginalização-desmarginalização (em que se encontram essas crianças), ao enfatizar sobremaneira a questão da mudança de mentalidade, a reafirmação dos valores, a diferença entre menores, como diferença de comportamento e, conseqüente necessidade de revisão da formação da personalidade individual de cada um, poderia levar-nos a algumas conclusões iniciais que talvez sirvam como pistas para discussões. Uma primeira é que esse processo, marginalização, desmarginalização, via ação do Estado acaba, antes de mais nada, servindo para reafirmar a ordem vigente. Mesmo que a criança possua uma estratégia de sobrevivência totalmente diferente que a da instituição, através da disseminação dos valores de um saber próprio de uma classe social — que o menor deve incorporar, repassam-se os aspectos essenciais da ideologia de classe, que é também um dos motores de reprodução da sociedade. Ao pensar um problema, como o problema do menor numa relação causa-efeito, onde os que são combatidos são os efeitos e não as causas — a perda dos valores pela família, a não-integração do pai no mercado de trabalho, a prostituição da mãe como

algo alternativo ou como uma deformação de personalidade — a Política Nacional do Bem-estar do Menor não pergunta o porquê das causas, por que a família perde as suas funções de proteção, por que aumenta cada vez mais o número de desempregados, por que aumenta cada vez mais o número de crianças com problema de carências econômicas, psicológicas etc. Estas colocações iniciais tentam situar como o governo brasileiro, a partir de 1964, querendo com sua proposta de moralização administrativa, desenvolver uma Política de Bem-estar Social, quando as condições sociais e econômicas não criam possibilidades de qualquer política de bem-estar social, discursiva objetivamente sua prática autoritária, sob o manto do assistencialismo de gabinete.

Rinaldo Arruda

Vamos examinar um pouco como é o contexto social mais amplo onde se produz e se reproduz essa população de menores carentes, marginalizados, infratores. Vocês viram que o ponto de vista oficial, apesar de tentar uma análise sociológica, acaba caindo, na prática, num trabalho que visa somente eliminar os efeitos do que eles chamam de condicionamentos negativos, que seriam esses processos sociais mais globais. É meio tranquilo para todos nós em geral associar a delinquência juvenil à pobreza. Em geral esses menores provêm da população pauperizada, da parte mais pauperizada da população. Mas é necessário percebermos como essa pobreza se produz, em outras palavras, como é que a nossa sociedade está organizada, como é que ela funciona de maneira que, ao mesmo tempo em que ela está produzindo a riqueza, está produzindo também a pobreza. Essa compreensão da dinâmica geral da nossa sociedade é muito importante para se compreender o problema do menor. O menor como *problema*, é uma coisa recente, quanto o crescimento de assaltos que principalmente a população de classe média, para cima, tem sofrido nos últimos anos. Até aí não era um problema, pelo menos com a importância que tem hoje. Hoje a gente vê, e o filme de ontem (Pixote) mostrou muito bem aqueles menores desenvolvendo uma estratégia de sobrevivência baseada no roubo, no assalto. No caso do Brasil houve, a partir de 64 o que se chamou de um processo rápido de desenvolvimento. Realmente, no Brasil, a partir dessa época, a acumulação do capital, o crescimento de riqueza global, deu um salto e esse crescimento da riqueza concentrou-se basicamente no que se convencionou chamar de “Sul maravilha”, em contraste com o Norte ou Nordeste pobre. Eu vou dar alguns dados apenas para caracterizar esse “Sul maravilha”, mais especificamente São Paulo, e poderemos imaginar em função disso o resto do Brasil. São Paulo é o estado brasileiro mais privilegiado no que diz respeito ao grau de desenvolvimento agrícola e industrial, à renda per capita, e mesmo às condições de vida da população. Por exemplo, a taxa de acumulação do capital, em relação à taxa de acumulação do capital da nação, em São Paulo, em 1972, foi de 44% da taxa global da nação. A participação da produção paulista na renda interna, em relação ao Brasil todo, foi, também em 72, de 35,6%. Por outro lado, o Estado de São Paulo concentra 19% da população brasileira, mas a sua renda per capita em média, é o dobro da renda per capita dos outros estados. Só quero caracterizar que realmente é um estado privilegiado dentro do contexto nacional. E, por outro lado, devido ao alto grau de desenvolvimento tecnológico das empresas paulistas, dos vários setores da produção, há uma tendência à inversão de capital aqui, onde ele tem um retorno mais rápido. Acentua-se, então, ainda mais, essa diferença com o resto do Brasil e São Paulo acaba tendo uma relação de troca com outros estados, em que ele também leva vantagem. É o que se convencionou chamar de colonialismo interno.

Mas essa riqueza não se distribui uniformemente. Por exemplo, a maior parte da população trabalhadora localiza-se nos chamados bolsões de pobreza, na periferia e também no centro da cidade, nos chamados cortiços, casas antigas onde as populações se concentram. É nessas regiões, na periferia e nesses cortiços, em determinados bairros desta cidade, como Bela Vista, Brás etc., onde a densidade populacional é maior, que se localiza o grosso da população trabalhadora. Só em termos de cortiços, nos bairros antigos da capital, existem 615.000 moradores, isto é uma estimativa, apenas dos "Cortiços" (habitações coletivas em casas antigas) dos bairros centrais. Com relação à população favelada, das "barriadas", há uma estimativa de 1 milhão e 800 mil, apenas na periferia de São Paulo. Esses dados ainda não são atuais, não temos dados estatísticos de hoje; esses dados são referentes ao último censo de 1970 e, outras pesquisas, por amostras domiciliares que se fez em 1975. Na situação atual, a tendência é de agravamento. Só nos cortiços da Capital, a média de habitantes por cômodo atinge 3,6, sendo que a quarta parte desses cômodos não possui janelas. Esses dados são poucos e apenas ilustrativos de uma situação global. Existem outros dados. Eu vi que vocês receberam no primeiro dia, um texto em que existiam outros dados, como o de mortalidade infantil e outros mais. Uma coisa que nós surpreende é que em geral ouvimos dizer que o progresso gera empregos, que o progresso traz desenvolvimento, o progresso associado a uma racionalidade maior da produção: há uma acumulação de riqueza maior. Mas, constatamos que quanto mais cresce essa riqueza social, parece que também mais cresce a massa de miseráveis, e parece não ser uma coisa lógica. No entanto ela é lógica, mas não é a lógica da justiça, é a lógica da forma de acumulação de riqueza que caracteriza nossa sociedade. Como é que o capital se acumula, de onde vem essa riqueza? Nós sabemos que a riqueza vem do trabalho, vem da transformação da natureza em bens de subsistência. Como é feito esse trabalho? Nós temos uma situação em que os meios de produzir o que necessitamos são de propriedade de alguns, e a grande massa da população está numa relação de dependência com esses proprietários, por não terem meios de produzir o que necessitam para viver. É nessa relação que se estabelece o contrato de trabalho e, enganosamente, sempre parece que o contrato de trabalho é um contrato entre iguais, entre pessoas livres. O trabalhador, em troca de seu trabalho recebe um salário, que paga seu trabalho. É isso mesmo ou isso é aparência das coisas? Na verdade, o trabalhador ao trabalhar, ao transformar as coisas produz um valor do qual recebe apenas uma pequena parte, somente o necessário para repor a sua força de trabalho, para continuar produzindo mais valor. Esse valor a mais, essa mais valia, vai se concentrando nas mãos do proprietário ou de quem controla os meios de produção. Então, esse é o núcleo da forma de acumular riqueza na nossa sociedade, é uma concentração de capital em poucas mãos. Por outro lado, essas poucas mãos, onde se concentra o capital, estão numa relação de competição, e nessa relação de competição algumas empresas acabam engolindo outras, que vão à falência, etc. Então há um processo de centralização também desse capital, e é daí que nós passamos de uma era em que o capitalismo era um capitalismo de mercado, de produtores independentes, para o que chamamos hoje de capital monopolista, são os grandes monopólios. Nesse processo, na medida em que existe esta competição, essa concentração de capital, existe também um processo sempre renovado de melhoramentos tecnológicos, com racionalização da produção. A outra face deste avanço tecnológico é um processo constante de desqualificação do trabalhador, de milhares de trabalhadores. Por exemplo, no caso dos trabalhadores rurais, que trabalham a terra de uma determinada maneira: eles são qualificados, sabem fazer seu trabalho, produzir seus meios de existência, no entanto com a expansão do capi-

tal no campo, esse tipo de produção é mecanizado, é racionalizado, e o tipo de trabalho que eles fazem não tem mais sentido, em termos do dono do capital. Ele se torna desqualificado, e vai se tornando difícil sua permanência na terra. Está aí a origem das migrações. Essa população que chega nos grandes centros é caracterizada como despreparada culturalmente, mão-de-obra desqualificada que por isso não arruma emprego. Estaria nesta situação porque não estudou, porque os pais não cuidaram dos filhos. Enfim, de repente, se faz uma inversão da situação e fica parecendo que o culpado é o próprio indivíduo. Na verdade, ele só é culpado, porque foi o trabalho dele e de outros, como ele, que permitiu essa formação de riqueza, e que por fim o prejudicou, o colocou fora do próprio mercado de trabalho, ele vai fazer parte de uma massa imensa de população, que é um exército de reserva às ordens do capital. Nas épocas de expansão do capital, essa mão-de-obra desqualificada é usada também. Nas épocas de crise, são os primeiros que são jogados na rua, e por motivos "legítimos": eles são desqualificados, são despreparados culturalmente e tal. No Brasil, nos últimos anos, o processo de acumulação do capital se acelerou baseado numa superexploração do trabalho, provocando cada vez mais a desvalorização do salário real. Nessas condições, mesmo entre os trabalhadores empregados, para manter um nível mínimo de vida, todos os membros da família têm que contribuir para a renda familiar. É aí que a mulher vai trabalhar forçosamente; não apenas por causa do movimento feminista. Forçosamente ela tem que trabalhar. E as crianças param de frequentar escolas, porque elas têm necessidade de contribuir com a renda familiar e é nesse contexto mais global que a família se desestrutura. Contudo, toda política oficial parece desconhecer essas coisas, pois trabalha ao nível dos valores. Os valores, a moralidade, a ética, são reafirmados, são forçados num cotidiano. E o cotidiano dessa população, é um cotidiano muito conflituoso, muito difícil. Fala-se muito em imediatismo das suas ações. É claro, quem é que tem condições de planejar a sua vida, nessas circunstâncias? Cada dia é um dia que tem que ser vivido. Aí começam a aparecer os menores, que são os filhos desses trabalhadores, que na sua necessidade de contribuir para a renda familiar acabam se envolvendo em atividades quase delituosas, num mercado de trabalho informal, que é vender nos faróis de trânsito, limpar parabrisa, tomar conta de carro. Ele vai entrando nesse mercado de trabalho informal, que também tem um contato muito próximo, com esse mercado de trabalho do crime, do tráfico de drogas e tudo isso. É mais uma forma de sobrevivência. O comportamento geral que esses menores desenvolvem é também muito semelhante ao comportamento dos menores infratores. Como se dá a grande guinada para o comportamento reiteradamente delinqüente? É ter sido pilhado pelos órgãos de repressão ou assistenciais, catalogado e passado pelo processo oficial de recuperação. O filme de ontem (Pixote), conseguiu retratar com clareza as opções que o menor tem. Vimos que não é opção, é o único caminho possível que ele acaba desenvolvendo. A gente tem que ter muito cuidado, tem que ter muito claro que o problema, não é o problema do menor *apenas*, é um problema muito mais amplo, e aparece como problema do menor, porque é um menor que de repente leva sua bolsa, aponta-lhe um revólver. Há um desvio do problema, não que o menor não seja um problema, ele é, mas se vemos o problema do menor apenas enquanto ele, menor, perdemos toda a possibilidade de descobrir alguma forma de estar resolvendo isso. Porque não adianta: o trabalho assistencial em si é bom a nível do indivíduo, só que ele não cessa a criação de milhares e milhares de novos menores. É um trabalho que não vence, não rende. Todo mundo que trabalha com o menor, já deve ter percebido isso. Só queria chamar a atenção para esse quadro geral, esse contexto que é muito importante para se entender esse problema.

Maria Nilde Mascellani

Geralmente se espera do educador que ele aponte "o que fazer". Evidentemente não há receitas e não há respostas prontas; gostaria apenas de dividir com vocês algumas questões que nos preocupam e que temos partilhado com vários grupos que atuam com menores aqui em São Paulo e em vários pontos do Brasil. Há pessoas mais credenciadas do que eu para fazer isso por que têm uma prática cotidiana e mais profunda do problema. Tenho dois exemplos na mente que poderia passar a vocês; a partir desses exemplos que são histórias, mas que são fatos, poderíamos tirar algumas inferências para nossa análise educacional. O primeiro exemplo se refere a um grupo de menores do sexo feminino, que dentro da Política do Bem-estar do Menor em São Paulo, de 1960 para 1970 foi apanhado na cidade e em alguns bairros mais distantes do centro; são menores que não tinham família ou pertencentes a essas famílias chamadas desagregadas; menores que perambulavam pela rua, pediam esmola, iam em busca de alimentos sendo que algumas estavam iniciadas na prostituição. Depois de passarem pelas instituições de menores de São Paulo, pelos setores de triagem e de seleção, eram encaminhadas para colégios particulares, e em grande parte, colégios religiosos. Vou voltar um pouquinho para lhes contar como encontramos esses grupos de menores do sexo feminino, essas meninas e mocinhas, num colégio de religiosas. Primeiramente, elas se negaram a responder a uma pesquisa de caráter educacional que era feita naquele colégio para todo o conjunto de alunas. No momento em que elas tomaram essa posição, nos pareceu que era muito importante aprofundar uma análise com esse grupo, não tanto porque devêssemos fazer uma pesquisa naquela escola, mas porque era importante captar a realidade dessa parte da clientela escolar. Então foi através de reuniões, de sessões de grupos que essas meninas nos colocaram questões sobre a sua situação; convivendo na cidade grande, deveriam ir para a cidade do interior, onde não tinham liberdade de circular pelas ruas ou sequer frequentar o Largo da Matriz, o largo da igreja principal. Acho que vocês sabem que o Largo da Matriz nas cidades do interior é o ponto de encontro da população, principalmente nos fins de semana. Outra questão colocada é de que elas não tinham liberdade de circular por todas as dependências do colégio. Alguns compartimentos eram reservados às outras alunas e somente numa parte desse prédio, estas meninas podiam permanecer, ironicamente, numa ala denominada "lar". Por que as alunas deste colégio, em sua maioria, tinham possibilidades de estudar, de comprar livros, de participar melhor das aulas, com mais espontaneidade e não se comprometiam com a limpeza do colégio, com o lanche que era fornecido para todas, com os serviços de jardinagem externo e interno e até com a lavagem de privadas, nos sanitários? Por que é que tudo isso sobrava para elas? Na realidade se sentiam empregadas domésticas ou faxineiras da instituição e tinham a clareza de que em troca do estudo, ou das supostas condições de bem-estar que lhes eram fornecidas, elas deviam de alguma forma ser mão-de-obra para sustentar muitos serviços do colégio e assim, favorecer outras meninas da mesma idade que frequentavam classes escolares semelhantes, mas que tinham condições sócio-econômicas muito acima delas, extremamente favoráveis. As meninas nos diziam: nós gostaríamos de ter pelo menos a liberdade de mudar um vaso de planta do lugar. Vejam, como isto poderia nos colocar uma reflexão profunda do que elas entendiam por liberdade e por circulação, quer dizer, o fato de colocar a água todo dia nos mesmos vasos de antúrio, de gerânios, de miosótis, de violetas, etc., essas folhinhas graciosas que a gente vê pelos colégios bem tratados, era alguma coisa que irritava essas meninas; por que elas não podiam mudar o vaso do lugar, a planta do lugar, por que elas não podiam ir ao pátio no horário que quisessem?

(que era o horário de intervalo das outras?). Bem, quando se discutiu com essas meninas, não só este problema, de liberdade, mas como elas viam os problemas mais profundos de sua vida, quase sem perspectivas, apontavam a idéia de desamor, falta de afeto, falta de apoio; elas não acreditavam absolutamente na franqueza de uma amizade, na solidariedade de quem quer que fosse, a não ser do próprio grupo congênial, quer dizer, do grupo delas, da mesma idade e congênial também pelas características sociais. Desacreditavam totalmente do cristianismo do colégio religioso, aquilo não tinha nada a ver com o que elas poderiam entender ser a justiça pregada no Evangelho. Elas tinham vontade de fugir e algumas tinham vontade de se matar porque não viam, mesmo na fuga uma possibilidade de sobrevivência. Algumas nos diziam: se nós fugirmos daqui vamos ser apanhadas pela polícia imediatamente e vamos voltar à cadeia; aí vamos apanhar, vamos ser torturadas, enfim, nós não vamos ter o que comer e mais adiante estaremos voltando para cá, para esse mesmo colégio ou para uma situação parecida. Devo dizer, para ficar bem claro para vocês que essas meninas quando são apanhadas pela polícia em situação de rua, são extremamente maltratadas; são torturadas no estrito sentido do termo, quer dizer, desde violentadas sexualmente, tendo suas cabeças raspadas, sendo espancadas, colocadas em celas solitárias, colocadas nuas; então é uma experiência de vida muito profunda e muito dolorosa que nos atinge a nós educadores, psicólogos, antropólogos e todos os estudiosos enfim da pessoa em relação à sociedade; deveríamos nos perguntar se temos a condição de chamarmos a esses seres humanos de crianças e de adolescentes, na medida em que todas as teorias pedagógicas ou psicológicas definem a criança e o jovem dentro de determinados padrões, que são padrões de outras sociedades economicamente desenvolvidas, com uma distribuição de renda, ou mais equitativa ou com condições materiais mais favoráveis; enfim, são países europeus ou países da América do Norte, que nos fornecem os padrões de estudo; quais os referenciais para se definir o que é criança, o que é adolescente, o que é adulto entre nós? Se passarmos para os países do Terceiro Mundo e para nossa realidade, chamada (vamos dizer dentro da nossa discussão aqui) de realidade de marginalidade, não teremos mais esses referenciais: a criança que precisa se defender, as meninas às quais eu me referi e que vivem essas experiências já não são mais crianças nem adolescentes; a gente poderia dizer que elas são superadultas, na medida em que ultrapassaram o limite de vida e de resistência do próprio adulto, quer dizer, do adulto que está em condições, pelo menos, medianas de bem-estar. Estas meninas, quando indagadas, sobre o que elas imaginavam poder fazer, se alguém pudesse colaborar com elas numa saída desta situação, responderam que pensavam se organizar em pequenas repúblicas (república é o termo que nós usamos para designar agrupamentos de jovens estudantes que moram juntos e que estão distantes das suas famílias, que alugam um apartamento, ou uma casinha ou alguns quartos). Elas não usavam o termo república, mas diziam assim: "a gente pode sair, a gente pode ir trabalhar e a gente vai morar junto"; então morar junto era muito importante para elas, para que guardassem aqueles laços de solidariedade, para que uma pudesse apoiar a outra; elas pensavam em trabalhar e tinham clareza também da discriminação que iria acontecer pois a discriminação já era suficientemente vivida. Quando perguntamos se elas iriam viver sozinhas, ou se elas pensavam em algum adulto (no sentido estrito do termo) que pudesse viver com elas, responderam que sim, desde que fosse uma amiga, extremamente solidária, e que até, poderia ser uma freira, desde que essa freira tivesse na linguagem das meninas, "coragem" de sair com elas à rua, não para a procissão de Corpus Christi, nem do domingo de Páscoa ou para a noite de Natal, mas fazer "footing" no largo da Matriz; na cabeça delas

